

Caxias e a reorganização do Exército em operações no Paraguai



*Aureliano Pinto de Moura**

Resumo: O artigo conta, nos seus pormenores, o trabalho hercúleo de Caxias para reorganizar, disciplinar e dar condições operacionais ao exército que recebeu, em 18 de novembro de 1866, desmotivado e enfermo, transformando-o no exército que tantas glórias deu ao Brasil na campanha do Paraguai.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias, Duque de Caxias.

A NOMEAÇÃO

A situação no teatro de operações do Paraguai não se alterava desde a batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, agravando-se com a derrota aliada em Curupaiti, no dia 22 de setembro.

Em 25, reuniram-se, os generais aliados, a bordo do *Apa*, para decidirem o que fazer. A decisão foi manter Curuzu, para permitir uma nova ação sobre Curupaiti, e depois sobre Humaitá. Polidoro, por sua vez, solicitou ao Ministro da Guerra um reforço de 8 mil homens sem os quais não teria condições de “abrir operações ofensivas contra o inimigo”.

Sentindo-se doente, o General Polidoro solicitou licença para retornar ao Rio de Janeiro, alegando enfermidade e a sua ida-

de (64 anos). Na oportunidade, aconselhou colocar os dois corpos de exército sob um comando único.

O Governo imperial sentiu o momento de poder contar, no comando das tropas brasileiras, com um general competente e com forte liderança. Assim, em Decreto de 10 de outubro de 1866, o Marquês de Caxias foi nomeado comandante-em-chefe das forças brasileiras no teatro de operações. Esse decreto, em realidade, não unificou os comandos. Não deu a Caxias o comando da esquadra. Havia uma preocupação em não deixá-la, indiretamente, subordinada à Mitre. Mas Caxias assumiu, de fato, o comando naval.

Nesse mesmo dia, foi exonerado, a pedido, o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana. Passou a responder pela pasta o Ministro da

* General-de-Divisão Médico. Sócio-titular do IGHMB.

Justiça, o Marquês de Paranaguá (José Lustosa da Cunha Paranaguá).

Caxias já havia sido cogitado, anteriormente, para o comando das tropas brasileiras no Paraguai, em fevereiro de 1865. Fora contatado, porém não se mostrara receptivo, em virtude de animosidades existentes entre ele e o Ministro da Guerra, Silva Ferraz. Isso fizera com que ele não fosse o escolhido.

O desastre de Curupaiti, em 22 de setembro, e a desarmonia reinante entre os generais aliados mostravam ser imprescindível uma recomposição no comando brasileiro. O nome de Caxias surgiu novamente. Era de fato o nome que as contingências exigiam.

As desavenças entre o Marquês de Caxias e o Barão de Uruguaiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, então Ministro da Guerra, não impediram que o Imperador escolhesse o ilustre marechal para a nobre missão.

Caxias assumiu o comando, em Tuiuti, em 19 de novembro de 1866.

PROVIDÊNCIAS INICIAIS

Já no dia 18 de outubro, Caxias começara a tomar suas primeiras providências, ainda no Rio de Janeiro. Criara o 3º Corpo de Exército, cuja organização e comando foram atribuídos ao General Manoel Luiz Osório.

Em expediente de 21 de outubro, dirigira-se ao Ministro da Guerra apresentando dúvidas quanto ao real limite da sua subordinação ao comandante-em-chefe das tropas aliadas, General Bartolomeu Mitre. Em resposta, o Ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha, Visconde de Paranaguá, estabeleceu um rol de instruções para os

procedimentos do comandante brasileiro em suas relações com o General Bartolomeu Mitre, comandante-em-chefe aliado. O ministro dava uma certa autonomia ao Marquês de Caxias, mas sem deixar de lembrar o contido no Tratado da Tríplice Aliança.

Caxias temia a paz, por iniciativa de Mitre, ou mesmo a retirada das forças argentinas do teatro de operações. Para o Marquês de Paranaguá, Caxias deveria, diante dessas situações “(...) prosseguir por si só, manter a posição que melhor lhe parecer (...)” e “(...) prosseguir para conseguirmos o que a nossa honra exige: ou a derrota de López em uma batalha, ou o seu rendimento sem condições(...)”.

Em 29 de outubro de 1866, a bordo do vapor *Arinos*, o Marquês de Caxias seguiu em direção ao Prata. Parou em Montevideu (2 de novembro), em Buenos Aires (6 de novembro), em Rosário (9 de novembro) e em Corrientes (14 de novembro). Durante o trajeto foi tomando conhecimento do que se passava na retaguarda das forças em operações. Foi sentindo a realidade da retaguarda aliada.

Conferenciou com o Almirante Tamandaré, comandante da Esquadra; conheceu os depósitos de suprimento e hospitais fixos, existentes desde Montevideu até Corrientes. Nesse trajeto existiam onze hospitais militares, todos com deficiências sérias. Os doentes eram muitos e os meios insuficientes.

Caxias, quando na capital portenha, mandou fechar os dois hospitais ali existentes e transferiu para Montevideu todos os pacientes, bem como o pessoal e o material hospitalar.

Quanto aos depósitos desdobrados ao longo do Prata, foram sendo visitados e providências foram sendo tomadas, na medida em que Caxias se inteirava da situação. Com essas medidas, procurava minimizar os problemas e agilizar o desempenho das instalações logísticas.

Com o objetivo de impedir a passagem de suprimentos para o inimigo, Caxias determinou que o patrulhamento naval, ao longo do Rio Paraná, fosse feito por navios de pequeno calado, bloqueando assim as passagens fluviais.

Mais tarde, em reunião com o General Bartolomeu Mitre, foi acertada a utilização dos portos pelos navios aliados, para agilizar o desempenho destas instalações.

A CHEGADA NO TEATRO DE OPERAÇÕES

Caxias chegou em Itapiru na noite de 17 de novembro de 1866. Foi recebido por Polidoro no dia seguinte. No mesmo dia seguiu para Tuiuti, onde instalou o seu quartel-general. Assumiu o comando em 19 de novembro e, em seguida, procurou o contato com o General Bartolomeu Mitre.

Ainda em 18 de novembro, através da Ordem de Dia nº 1, relativa à sua assunção de comando, dirigira-se aos seus comandados nos seguintes termos: “Se já vos não conhecesse, eu vos recomendaria valor; mas, nos inúmeros combates até hoje havidos, tendes dado sobejas provas dessa virtude militar.”

Em 3 de dezembro, o Almirante Tamandaré deixou o comando da Esquadra, sendo substituído pelo Almirante Joaquim José Ignácio (22 de dezembro de 1866).

Em discurso proferido após o seu regresso ao Rio de Janeiro, Caxias afirmou ter encontrado o Exército brasileiro, em operações no Paraguai, em péssimas condições. Estava desarticulado e desmotivado, com a disciplina deixando a desejar. Agravando a situação, havia um ambiente de total mal-estar entre os chefes aliados.

Ao chegar, Caxias manteve o 1º Corpo de Exército, do General Polidoro, ocupando a linha de Tuiuti, e o 2º, do General Porto Alegre, permanecendo em Curuzu.

Os três mil cavalos remanescentes estavam todos em péssimas condições. Até então vinham sendo alimentados, apenas, com a vegetação natural existente e imprópria para os animais. O 2º Corpo estava completamente apeado; para os transportes, não havia carros nem bois para empreender qualquer movimento da tropa; as organizações dos dois corpos de exército eram inteiramente distintas, em efetivo e organização; pareciam pertencer a diferentes nações. O mesmo ocorria com as unidades, em particular com os corpos de Voluntários da Pátria e os corpos provisórios de Cavalaria.

Em cada um dos corpos de exército havia uma administração, com uma contabilidade peculiar. Cada um seguia o seu critério de pagamento e os valores das etapas eram distintos; as promoções seguiam normas próprias e os acampamentos não primavam pela ordem e pelos princípios básicos da higiene militar. Conforme Caxias afirmou, em discurso após o seu regresso: “Era preciso, portanto, chamar tudo a um centro, fazendo uma nova reorganização, e para tudo isso é indispensável tempo.”

Agravando os problemas existentes, as tropas foram obrigadas a permanecer em um terreno inóspito e desconhecido, coberto por matas densas e *esteros* (banhados), com passos ignorados pelos aliados. O reconhecimento tornou-se muito difícil, não só pela falta de cavalos em condições, como pela inexistência de cartas ou mapas.

Em suas observações, Caxias constatou que as tropas não se encontravam em boas condições operacionais. Teria que tomar sérias medidas, necessárias para dar operacionalidade ao exército. Várias providências, julgadas imprescindíveis, foram então sendo tomadas, passo a passo.

As primeiras providências foram em relação aos hospitais, às ambulâncias, aos uniformes, à alimentação, ao suprimento e aos transportes, sem esquecer o estado sanitário dos acampamentos, a qualidade da água e a eficiência da administração militar. Paralelamente, iniciou a reorganização do exército, dando ênfase à disciplina, à hierarquia e ao adestramento da tropa.

A atuação de Caxias foi iniciada pelas medidas mais simples e básicas, procurando dar infra-estrutura ao apoio administrativo e proporcionar condições para um melhor desempenho, indispensável ao prosseguimento das operações e à obtenção de êxito.

No dia 22 de novembro, em sua Ordem do Dia nº 2, Caxias confirmou a organização existente nas tropas brasileiras. Permaneceram os dois corpos de exército, comandados pelo Marechal de Campo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (o 1º Corpo) e pelo Tenente-General Visconde de Porto Alegre (o 2º Corpo).

Conservou, também, a organização e o número de divisões e brigadas então existentes. Posteriormente, aos poucos, foi mudando as divisões, as brigadas e as unidades, em seus efetivos, na sua organização e numeração.

As diversas repartições existentes nas grandes unidades foram reduzidas para uma única, subordinada diretamente ao comandante-em-chefe, exceção, apenas, para a Repartição da Fazenda, que foi extinta nos corpos de exército. Foram criadas outras, de acordo com as novas normas da administração militar. Nomeou os empregados da Fazenda para as novas repartições e repatriou os efetivos excedentes.

No quartel-general do comandante-em-chefe, manteve o chefe de estado-maior, dois assistentes e mais alguns poucos oficiais e amanuenses. Além desses elementos, o quartel-general manteve três engenheiros, quatro ajudantes de campo e alguns outros oficiais. As chefias de estado-maior dos corpos de exército foram extintas.

Na mesma Ordem do Dia, Caxias nomeou, como chefe do estado-maior do quartel-general, o Coronel João de Souza da Fonseca Costa e, como comandante das forças em Corrientes, o Brigadeiro Solidônio José Antônio Pereira do Lago, assim como nomeou alguns oficiais para determinados cargos. No dia seguinte, 23 de novembro (OD nº 3), o marquês iniciou a reorganização da tropa.

A Brigada Auxiliar (6º BIL e os 10º, 11º, 20º e 46º CVP), que permanecia próximo ao 2º Corpo, passou a pertencer efetivamente a esse grande comando, assim como os 12º e 16º Corpos de Voluntários da Pá-

tria. Este último permaneceu a serviço da esquadra, como já estava até então.

Os direitos dispostos no Aviso do Ministro da Guerra de 21 de outubro de 1866, para o 2º Corpo de Exército, referentes ao abono de rações de carne iguais para oficiais e praças, foram estendidos, também, ao 1º Corpo, sem prejuízo do que já vinha recebendo. Ficou ainda estabelecido que os feridos em combate ou em licença para tratamento de saúde passariam a receber, além do soldo, a respectiva etapa e uma gratificação adicional (Decreto de 5 de janeiro de 1866 – §2º, do Art. 5).

A preocupação do Marquês de Caxias passou então a se dirigir aos procedimentos do militar frente ao inimigo. A primeira providência foi proibir o uso, em combate ou em serviço avançado, de qualquer “(...) distintivo próprio do grau de ocupação, além da sua espada. Devendo mesmo os bonés serem cobertos com uma capa branca, semelhante a que usavam os soldados”.

Apesar de reconhecer a intrepidez e a bravura como características do militar brasileiro, recomendou, em Ordem do Dia, dispensar provas “(...) que teriam sido necessárias no começo das operações (...)”, e não mais naquele momento.

Para a infantaria, a Ordem do Dia nº 5, de 25 de novembro, determinava que “(...) sempre que tiver que formar o quadrado contra a cavalaria, o façam em quatro fileiras, podendo seguir-se nessa parte a ordenança portuguesa ultimamente adotada, ou o sistema de seções anteriormente estabelecidas, conforme a formação que acharem”. Determinou aos comandantes que não deixassem de exercitar a tropa nessas manobras.

A preocupação, a partir desse momento, passou a ser em relação aos acampamentos, até então de responsabilidade do quartel-mestre de cada corpo. Considerando o excesso de atribuições desse cargo, o Marquês de Caxias criou uma Inspetoria de Polícia do Campo em cada acampamento. Eram um oficial superior, quatro outros oficiais de menor patente, dois inferiores (sargentos) e cem praças, pertencentes ao corpo de transporte.

CUIDADOS COM OS ACAMPAMENTOS

O estado geral em que se encontravam os acampamentos brasileiros impressionou mal o comandante. Estavam sujos, mal-arrumados, descuidados, sem um mínimo de disciplina sanitária. Sua primeira medida foi reunir os comandantes de divisão e de brigada para um entendimento. Nesta reunião ficou decidida a criação da Inspetoria de Polícia do Campo, que passaria a ser a responsável pelo estado sanitário dos acampamentos. Os comandantes, entretanto, parece não haverem entendido dessa maneira. Deixaram correr solto, na expectativa de que a Inspetoria, como responsável, fosse a executora da missão. Percebendo que a questão não ficara muito clara, Caxias resolveu definir as responsabilidades através de uma nota, em Ordem do Dia (nº 11, de 8 de dezembro). Esclareceu que era aos ditos comandantes que competia “(...) o asseio do acampamento de seus corpos e dos lugares adjacentes (...) visto que à Inspetoria cabe verificar se o serviço está sendo feito e com qual regularidade”. A Inspetoria de Polícia era, em realidade, um órgão normativo e fiscalizador.

Em sua Ordem do Dia nº 7, de 28 de novembro de 1866, definiu as atribuições do inspetor de polícia, que incluía não só a higiene do acampamento, mas também a sua segurança. Em realidade, fora criado um embrião da atividade de polícia militar, a Polícia do Exército.

Dentre as responsabilidades do Inspetor de Polícia de Campo foram elencadas as seguintes atribuições:

- zelar pelo asseio do acampamento;
- não permitir jogos, ajuntamentos, desordens e realizar rondas, principalmente nas zonas de comércio;
- zelar para que, após o toque de silêncio, não haja mais luzes nas barracas e sejam apagados os fogos;
- evitar beber e tomar banho em águas palustres;
- cuidar da faxina, tão logo os corpos estejam dispersos;
- proibir os despejos e que se depositem as imundices e matérias fecais;
- cercar, cuidar e conservar as cacimbas de água;
- não permitir a venda de animais para desconhecidos;
- exercer a vigilância de pessoas estranhas ao campo;
- capturar desertores, comunicando aos superiores;
- não permitir estranhos próximo à carneação ou nos locais de recebimento de suprimento;
- relacionar todas as mulheres existentes e fazer com que elas corram para os hospitais tão logo inicie o combate;
- controlar as tabelas de preços.

Nas marchas, o inspetor deveria seguir junto ao quartel-general e o restante da polícia deslocar-se-ia junto ao transporte, permanecendo próximo das ambulâncias, para carregar as padiolas e ferramentas (pá, enxada, machado etc.).

Na mesma Ordem do Dia, o Marquês de Caxias proibiu que os combatentes abandonassem o campo de batalha sob o pretexto de recolher feridos. Essa responsabilidade ficou apenas com o pessoal de transporte, de polícia e de saúde. O sepultamento ficou apenas com a polícia. Nas sepulturas dever-se-ia colocar uma cruz, sempre que possível.

Diariamente, o inspetor de polícia deveria relatar sobre os feridos e os mortos, informando os seus destinos e meios de evacuação utilizados.

Para a função de Inspetor de Polícia de Campo, em Tuiuti, foi nomeado o Coronel de Cavalaria José Ferreira da Silva Jr., do 2º Regimento.

A preocupação do Marquês de Caxias foi bem mais ampla do que tratar da higiene, do bem-estar ou da segurança nos acampamentos. Preocupou-se também com as mulheres e as crianças que acompanhavam os seus homens e os seus pais. Estabeleceu meia ração por dia às mulheres sem filhos e ração inteira para as que os tivessem.

A PREOCUPAÇÃO COM A TROPA

Em sua Ordem do Dia nº 8, de 29 de novembro de 1866, o Marquês de Caxias nomeou o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão comandante do 2º Corpo de Exército, em lugar do Tenen-

te-General Visconde de Porto Alegre, que se retirava do teatro de operações; mandou o Brigadeiro José de Victória Soares Andréa assumir, interinamente, o comando da 1ª Divisão do 1º Corpo de Exército, no lugar de Argolo.

Preocupado com a disciplina e a hierarquia, determinou que o trâmite de documentos, memoriais, relatórios e outros expedientes só fosse feito obedecendo, rigorosamente, a cadeia de comando, e que fossem evitadas as ultrapassagens.

Até aquele momento, os recrutas recém-chegados ao teatro de operações eram imediatamente levados ao manejo das armas e a participar dos combates. Tal fato era uma temeridade pois, além de empregar soldados despreparados, colocava em risco a segurança da tropa e o êxito do confronto com o inimigo. O mesmo ocorria com os escravos libertos. A partir do dia 7 de dezembro, todos os recrutas recém-chegados ao teatro de operações passaram a receber instrução de movimentos e marchas sem arma, durante pelo menos quinze dias, para depois iniciar o seu manejo.

O descontrole referente aos efetivos prontos no teatro de operações fez com que fossem tomadas medidas administrativas. Caxias mandou levantar os efetivos realmente existentes e retirar, dos mapas de controle, os extraviados; os relacionados como baixados nos hospitais e que lá não se encontrassem; os incapazes definitivos, por moléstias ou ferimentos; e os que, evacuados para o Brasil, em realidade ali ainda se encontravam.

A preocupação que tinha com a tropa fez com que Caxias adotasse o costume de realizar freqüentes visitas às brigadas. Che-

gava lá pelas cinco ou seis horas da manhã, para assistir à alvorada. Observava o aspecto do acampamento, as barracas, a apresentação dos soldados, os seus uniformes e os seus equipamentos. Com atenção, examinava o armamento e os detalhes nas demonstrações de adestramento.

Não ficava longe das suas vistas o interior das barracas, as latrinas, as cacimbas e os depósitos de detritos. As suas ordens do dia com freqüência registraram observações referentes a essas suas visitas, fossem os resultados positivos ou não. Para as unidades com bom desempenho, registrava elogios; para as que ficassem a desejar, registrava os fatos, baixava diretrizes e, quando era o caso, aplicava punições.

Das visitas que fez, sempre tirou alguns ensinamentos, que foram sendo registrados em suas ordens do dia. Em consequência de suas observações, baixava diretrizes ou novas normas a serem seguidas, procurando corrigir erros ou melhorar desempenhos.

Em sua Ordem do Dia nº 11, de 8 de dezembro, publicou instruções a serem seguidas em relação ao posicionamento do comandante de pelotão, quando o batalhão estivesse em coluna, em qualquer ordem. Seguiu instruindo como deveriam se perfilar os pelotões, as distâncias a serem respeitadas, os alinhamentos e distâncias entre os pelotões. Instruiu até como deveriam ser levadas as armas ao ombro.

Caxias também não esquecia de ir colocando o homem certo no lugar certo. Aos poucos foi mobiliando o seu exército, trocando comandantes e nivelando efetivos.

No dia 20 de dezembro, nomeou o Capitão Benjamin Constant Botelho de Ma-

galhões para servir na Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército e o Tenente-Coronel Médico Francisco de Albuquerque Maranhão Cavalcanti para dirigir o Hospital do Saladeiro, em Corrientes, bem como designou vários oficiais dos 1º e 2º Corpos de Exército para passarem a disposição do 3º.

Os corpos de Voluntários da Pátria foram das preocupações maiores do Marquês de Caxias. A organização dessa tropa não obedecia a um padrão. Não existia um quadro de dotação de pessoal comum. Os seus efetivos eram totalmente discordantes, e variável o número de companhias integrantes. Em sua Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro, Caxias renumerau quase todas as unidades de Voluntários da Pátria e determinou que o número de companhias passasse a ser de seis por unidade.

Caxias cuidou, com muito carinho, dos problemas administrativos e organizacionais. Mas não descuidou da instrução. Para atender à necessidade de instrução no manejo de armas de agulha (fuzil *Dreise*), determinou que o 1º Corpo de Exército "(...) escolhesse 25 soldados robustos para aprenderem esse manejo, para posteriormente transmitirem os seus conhecimentos para a tropa". Os escolhidos deveriam, nas formaturas da unidade, posicionarem-se à esquerda do batalhão.

Nas suas visitas, sentiu que o toque de *sentido* não era o mais adequado para comandar a formatura da tropa diante de um ataque iminente do inimigo. Ordenou que fosse mudado. Passou a ser dado o toque de *rebate*, seguido do de *chamada ligeira*. Logo após, seria dado o toque que identificasse ser um ataque de infantaria ou de cavalaria.

Novos comandantes iam sendo nomeados. Para comandar a 1ª Divisão de Infantaria, foi designado o Coronel João Manuel Mena Barreto, devendo esta integrar o 2º Corpo de Exército. Da mesma forma, foi designado para comandar a 9ª Brigada de Infantaria, recém-criada, o Coronel Antônio Joaquim Álvares. Essa brigada foi constituída pelo 45º Corpo de Voluntários da Pátria, até então integrante da 7ª Brigada, e mais o 43º de Voluntários. A 9ª Brigada passou integrar a 4ª Divisão, sendo destacada para Passo da Pátria, adida à 1ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo Brigadeiro José Luiz Mena Barreto.

Impressionado com o número de doentes e feridos incapazes, Caxias criou uma Comissão Médica, chefiada pelo Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, tenente-coronel do Corpo de Voluntários da Pátria (também médico), para examinar esses pacientes e fazer reverterem para a tropa os falsos incapazes. Calculou-se que um terço do efetivo brasileiro no Paraguai encontrava-se em situação de incapacitação. A comissão mandou reverter à tropa cerca de dois mil homens. Os verdadeiramente incapazes permaneceram nos hospitais, nas enfermarias ou foram evacuados para Montevideu, Desterro ou Rio de Janeiro. Essa medida veio a ter certos reflexos nos custos operacionais do Exército em operações.

Em algumas visitas de inspeção, o Marquês de Caxias encontrou estudantes de medicina. Alguns exercendo a função de 2º cirurgião, outros como combatentes. Determinou o retorno destes ao Brasil, uns por solicitação dos interessados, outros com o conselho para terminarem os seus cursos.

No início de janeiro de 1867, com um efetivo de 51.107 homens, o Marquês de Caxias reorganizou os corpos provisórios da Guarda Nacional, integrantes dos 1º e 2º Corpos de Exército, além de renumerar, também, várias das suas unidades. Determinou, outrossim, que elas fossem reorganizadas, a seis companhias.

“Considerando possível e provável que grande número de praças, nas continuadas marchas e combates, tenham perdido seus títulos de voluntários ou engajados,” o Marquês de Caxias expediu ordem (OD nº 36, 26 de janeiro de 1867) à Intendência da Reposição da Fazenda do Exército, para “que mande pagar as prestações vencidas a que tiverem direito essas praças, uma vez que seus comandantes atestem já haverem recebido anteriormente”.

No início de fevereiro de 1867, chegou ao conhecimento do Marquês de Caxias “que grande parte dos doentes da Enfermaria Central do 1º Corpo de Exército, dirigida pela Cirurgiã-Mor Júlio César da Silva, havia passado a noite exposta à chuva e ao vento”. Mandou prender o médico “por não ter providenciado em tempo o abrigo aos feridos, por falta de zelo e até de caridade”.

Foi nesse momento, fevereiro de 1867, que o Marquês de Caxias assumiu o comando interino dos Exércitos aliados. A assunção de comando foi publicada na Ordem do Dia nº 1, de 10 de fevereiro de 1867.

Durante suas visitas, assistindo com atenção demonstrações de instrução e exercícios de manobras, verificou que alguns comandantes de unidade entendiam que as disposições da Provisão do Conselho Su-

premo Militar, de 15 de fevereiro de 1843, achavam-se derogadas pelas instruções portuguesas, ultimamente adotadas. Fez ver, então, que as provisões de 1843 estavam em vigor e mandou publicá-las para o devido conhecimento e execução. Essas provisões regulavam, inclusive, as salvas e as continências em situações diversas, como nas guardas de honra e procissões.

Tendo observado que um grande número de soldados da Guarda Nacional e de 1ª Linha vinham sendo empregados no carregamento de suprimento e no abastecimento geral da tropa, ordenou que os mesmos fossem imediata e definitivamente afastados desse tipo de trabalho. Isto era atribuição dos fornecedores, através de seus homens.

Na visita que fez à 1ª Divisão de Infantaria, do Brigadeiro José Victória Soares Andréa, Caxias ficou satisfeito com o aspecto e asseio do acampamento em geral. Mas quando assistiu aos exercícios com a tropa, percebeu que os comandantes das unidades ignoravam as ordens em vigor, principalmente quando da organização do quadrado contra cavalaria. Para Caxias, isso denunciava o pouco interesse pela instrução. Não titubeou. Chamou a atenção e repreendeu os comandantes dos 23º, 25º e 40º Corpos de Voluntários da Pátria e louvou os coronéis Hermes Ernesto da Fonseca e Manoel Deodoro da Fonseca, comandantes do 8º Batalhão de Infantaria de Linha e do 24º Corpo de Voluntários, “(...) pelo zelo, disciplina e dedicação”.

Foi nesse momento que o Tenente-General Visconde de Porto Alegre reassumiu o comando do 2º Corpo de Exército e o General Argolo retornou para a sua 1ª Di-

visão de Infantaria. O Brigadeiro Andréa, por sua vez, foi designado para o comando da 5ª Divisão.

As atividades para a reorganização da tropa tornaram-se intensas. Comprava-se cavalos e muares, indispensáveis à mobilidade da tropa para o prosseguimento das operações. Ao mesmo tempo, foi melhorada a alimentação dos animais, proporcionando-lhes alfafa e milho.

Tuiuti, aos poucos, foi sendo transformada em uma posição defensiva organizada. O reconhecimento em torno da posição foi sendo gradativamente realizado e mapeado o terreno. Foi visando a esse reconhecimento que Caxias usou os balões de observação, cujos resultados não atenderam ao esperado (24 de junho de 1867).

Ao contar com o reforço do 3º Corpo de Exército, sob o comando de Osório, e com o fim da epidemia de cólera, Caxias pôde, em 22 de julho de 1867, pela madrugada, iniciar o movimento de flanco para contornar Humaitá.

A HIERARQUIA E A DISCIPLINA

Após Curupaiti, a disciplina da tropa ficou comprometida. A hierarquia e a disciplina sempre foram aspectos a que Caxias deu a maior importância e dos quais nunca abriu mão. Diante da situação, e baseado na legislação existente, Caxias trouxe para Tuiuti a Junta de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Coube a ela julgar, em última instância, os crimes cometidos no teatro de operações e julgados pelos Conselhos de Guerra, exceto as penas de morte, que eram atribuição do Imperador. Essa legislação

ainda lembrava os regulamentos do Conde Lippe. Caxias levou quatorze meses para organizar, disciplinar e colocar a tropa em condições de combate.

Um dos aspectos que levava o Marquês de Caxias a perder a calma era ver um soldado com má apresentação. No início de janeiro de 1867, o velho general foi visitar o 30º Corpo de Voluntários da Pátria. Como sempre, chegou ao acampamento pela alvorada. A sentinela estava descalça e com o uniforme bastante roto, não tendo sido a primeira vez que tal fato ocorria em visitas de Caxias a essa unidade. O comandante já havia sido alertado e recomendado para que tomasse as providências cabíveis. Caxias não teve dúvidas. Deu voz de prisão ao Tenente-Coronel Apollônio Peres Campello Jacome da Gama, comandante do 30º de Voluntários.

De certa feita, ao visitar a 1ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo Brigadeiro José Luiz Mena Barreto, o Marquês de Caxias ficou bem impressionado com o aspecto geral do acampamento. Os uniformes e os equipamentos usados pelos soldados, entretanto, deixavam a desejar. Ao examinar o arreamento, notou não só o péssimo estado, mas também a falta de vários itens. Tudo foi sendo anotado para as providências e responsabilidades.

Seguiram-se as demonstrações de adestramento da tropa, assistidas com atenção pelo comandante brasileiro. Ao término, um elogio à divisão, pelo que tinha visto, mas sem deixar de registrar, ao Brigadeiro Mena Barreto, o seu pesar por ter visto o estado lastimável em que se encontravam os uniformes, os calçados e os arreamentos.

Ao visitar a Brigada Ligeira, comandada pelo Tenente-Coronel Astrogildo Costa, ficou satisfeito com o acampamento e com a apresentação da tropa. Porém, ao ir aos detalhes na inspeção do armamento, percebeu desigualdades de lanças e bandeiras. Não havia um padrão. Na mesma hora chamou a atenção do comandante da divisão. Ao se retirar, percebeu mais um problema. Vários militares estavam sem esporas, o que levou o marquês, mais uma vez, a chamar a atenção de Mena Barreto.

A partir de um dado momento, após várias visitas às unidades, Caxias voltou-se para os trabalhos da Justiça Militar. Fez funcionar os Conselhos de Guerra e dar trabalho para a Junta.

Quase diariamente foram sendo publicadas, nas Ordens do Dia, as sentenças exaradas, unidade por unidade. Não há registro algum, nas Ordens do Dia, de punição física ou de condenação à morte.

No dia 14 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias esteve em visita de inspeção em Curuzu. Foi ver de perto os trabalhos de fortificação que estavam sendo realizados. Encontrou o acampamento em ordem e atendendo às suas diretrizes de comando. Tudo no melhor asseio, tudo na melhor ordem. Em relação aos trabalhos, mais satisfação por verificar que estavam bem-feitos e adiantados. Em consequência, mandou louvar o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes D'Argolo Ferrão, comandante interino do 2º Corpo de Exército.

No final de maio retornou a Curuzu, diante da situação em que a fortificação se encontrava. A posição estava sob constantes bombardeios pelos canhões paraguaios

de Curupaiti. Para agravar a situação, as constantes chuvas deixaram o acampamento totalmente alagado e o efetivo seriamente castigado pela epidemia de cólera. Imediatamente, Caxias determinou a transferência do 2º Corpo de Exército para Tuiuti, mandando permanecer no local uma pequena guarnição, que foi retirada um mês depois.

Em sua Ordem do Dia nº 29, de 16 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias mandou repreender o Tenente-Coronel Manuel Jerônimo Ferreira, comandante do 43º Corpo de Voluntários da Pátria, pela representação infundada, dirigida ao comandante-em-chefe, e sobretudo pelos termos usados, “inteiramente contrários aos salutaros princípios da disciplina militar (...)”, e “(...) declarar-lhe que se não estivesse persuadido de que tal procedimento da parte do Tenente-Coronel proveio de sua ignorância das leis e regulamentos militares, lançaria mão de outros meios para obrigar o mesmo a entrar na órbita de seus deveres e dar exemplo de disciplina aos seus subordinados como lhe cumpre”.

Sabedor de que muitas vezes os militares eram tolhidos pelos seus superiores de apresentarem petições reivindicatórias, em sua Ordem do Dia nº 40, de 9 de fevereiro, o Marquês de Caxias determinou “(...) que não é permitido aos comandantes dos corpos tolherem aos seus subordinados o direito de petição de qualquer natureza que seja, demorando ou deixando de informar os seus requerimentos, e responsabilizará aqueles que constar haverem contravertido esta disposição”.

Ao visitar o 26º Corpo de Voluntários da Pátria, de chegada mandou prender o

Alferes Agripino Poinssellot de Maravelho, comandante da guarda do Corpo Transporte, por encontrar os seus soldados descalços, "(...) mostrando ser um oficial sem nenhum zelo". Em seguida, mandou prender o Tenente Seraphim Rodrigues de Athayde, que se achava de oficial-de-dia ao corpo de transporte, "(...) por não ter assistido à distribuição de ração para os animais, nem achar-se presente no acampamento". Chamou ainda a atenção do tenente-coronel comandante pelo modo como vinha sendo dada a ração para animais, sem usar os bornais. Tal fato vinha em prejuízo do Exército pelo desperdício e pelo milho estragado.

Pouco depois da alvorada, em um determinado dia, no início de fevereiro, o Marquês de Caxias chegou ao acampamento do 1º Corpo de Exército. Ao passar pelas barracas do 40º Corpo de Voluntários da Pátria, percebeu que alguns soldados ainda ali se encontravam e a unidade não havia entrado em forma. Além das medidas disciplinares cabíveis, mandou publicar uma ordem de que "(...) ao toque de formatura deverão estar os corpos formados em frente aos respectivos acampamentos e prontos para a ação, com cavalas arreados e assim se conservem até ordem de dispersar".

Era rotina, em algumas guarnições (Montevideu, Cerrito, Corrientes), que os militares baixados ao hospital tivessem permissão para receber tratamento em casas particulares. Considerando que tal permissão, além de inconveniente para o tratamento dos pacientes, era prejudicial para a disciplina da tropa, o Marquês de Caxias proibiu esse

procedimento, exceto quando a permissão fosse autorizada pelo próprio comandante-em-chefe.

Nota-se, pelas ordens do dia, a preocupação de Caxias pelo asseio dos hospitais e enfermarias. Ao visitar as unidades, foi detalhista e implacável com as transgressões, com a negligência e com a omissão. De certa feita, estando no acampamento do 40º Corpo de Voluntários, ao passar pela ambulância constatou total falta de cuidado e asseio. Além de ter chamado a atenção do comandante da 4ª Divisão e do médico responsável, recolheu preso o inspetor de polícia responsável pelo acampamento.

Uma das preocupações do Marquês de Caxias era o comportamento noturno da tropa, quando inativa. O jogo era uma das atividades mais freqüentes. Para tentar amainar a situação, mandou publicar em sua Ordem do Dia nº 51, de 9 de março de 1867, o que se segue:

"O jogo, a mais odiosa das paixões humanas, o vício que piores males acarreta à sociedade, por ser o veículo de todos os crimes, é expressamente proibido pelas leis e regulamentos militares. Não precisava, entretanto, que assim fosse, para ser coibido pelos senhores oficiais, que prezam os seus brios e tem aspirações na nobre carreira que abraçaram. O oficial que joga, além de incorrer na pena de infração de ordens, dá maus exemplos aos soldados e rouba uma boa parte do tempo, que poderia ser tão bem aproveitado em próprio benefício, do país e dos que lhe são subordinados.

“Não é, porém, o tempo mal gasto, as noites perdidas em vigílias, os distúrbios, a quebra da disciplina, o pior dos inconvenientes. O mau exemplo, os vícios adquiridos, a quebra da dignidade, a torpeza e a miséria, finalmente, que os aguarda, tais são as funestas conseqüências do jogo.

“O oficial que passa as noites a jogar no acampamento é indigno de comandar soldados: não lhes poderá falar a linguagem de superior, que deseja ser obedecido e respeitado; não poderá merecer a confiança de seus chefes, porque naquele vício dá ele constantemente provas de falta de pundonor, pela infâmia de que muitas vezes se vê obrigado a lançar mão, adquirindo hábito de mentir e esquivar-se, portanto, ao cumprimento dos sagrados deveres da nobre profissão das armas.

“S. Exa. o Sr. Marquês, Marechal Comandante-em-Chefe, sente ver-se coagido a usar destas expressões para desviar os senhores oficiais (bem poucos, felizmente) que consta-lhe entregarem-se a este degradante vício. Manda-os admoestar, para que se coíbam dele; e recomenda muito terminalmente aos senhores comandantes de corpos, que transcrevam, nas informações sobre a conduta civil a respectiva nota no nome dos que são dados a este vício, a fim de ser tomada na devida consideração.”

Em março de 1867, surgiram os primeiros coléricos em Itapiru e Corrientes, transmitindo a doença para os doentes dos demais hospitais e depois para todo o Exérci-

to. Montevidéu e Buenos Aires também já enfrentavam a epidemia. Esses doentes, segundo consta, teriam vindo com um navio procedente do Rio de Janeiro, onde a epidemia também grassava. Curuzu e Tuiuti tiveram muitas baixas por cólera. A doença levou à morte cerca de quatro mil brasileiros, sendo cento e vinte oficiais. Entre as tropas paraguaias, a epidemia surgiu em Paso Gómez, em maio de 1867, alastrando-se por toda a tropa e grande parte da população. O próprio López foi vítima da doença.

No dia 14 de março de 1867, às 11h, com a tropa formada em frente ao seu quartel-general, em Tuiuti, o Marquês de Caxias colocou a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro na haste da bandeira do 1º Batalhão de Infantaria Ligeira, comandado pelo Tenente-Coronel Francisco Maria de Guimarães Peixoto. Momento de grande emoção para Caxias. O 1º Batalhão nada mais era do que a unidade onde Caxias havia assentado praça, aos cinco anos de idade, em 11 de novembro de 1808. E aí jurara bandeira, em 25 de agosto de 1817. No 1º Batalhão de Infantaria, Caxias permaneceu até 1822, quando foi transferido para o Batalhão do Imperador.

Caxias esperou a chegada do 3º Corpo de Exército, do General Osório, com 20 mil homens, para reiniciar as operações.

REGULANDO O SUPRIMENTO

Em 10 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias reuniu-se na Repartição de Intendência, com a presença de seu chefe interino, o Tenente-Coronel João Baptista

Figueiredo, juntamente com vários comerciantes. A reunião teve como objetivo a assinatura de contratos para fornecimento de gêneros alimentícios para a tropa. O Marquês de Caxias procurou, com essa reunião, regularizar o fluxo de suprimento, que até então deixava muito a desejar.

O contrato elaborado estabeleceu não só o suprimento a ser fornecido como também regulou a entrega, estabeleceu exigências e multas para o não cumprimento, a quantidade a ser fornecida e o local da entrega. O não cumprimento do contrato ficou sujeito a multa e outras sanções estabelecidas.

A ração recebida pela infantaria, nas marchas ou em operações, divergia da prevista para a cavalaria. Quanto às destinadas aos oficiais, não havia diferenças entre as armas, porém alguns itens a mais que as de praças.

A ração diária para praças previa: carne verde (podendo ser charque), farinha de mandioca, café, açúcar, sal, fumo, bolachas (às vezes). Os oficiais recebiam também arroz (ou feijão), pão (ou bolacha), erva e fumo. Mensalmente eram fornecidos sabão e caderno (almoço), dois para as praças e três para os oficiais.

O contrato previa a substituição da carne pelo charque, da bolacha pelo arroz ou feijão, ou quando faltasse algum gênero deveria ser aumentada a quantidade de carne a ser fornecida. Na falta do café, este podia ser substituído por mate ou por cachaça. Essas alternativas sempre teriam que ter o aval do comandante-em-chefe.

A carneação deveria ser em local central, nos dias e horas determinados pelo

comando-em-chefe. Quando uma divisão se afastasse mais de uma légua, o fornecedor teria que distribuir o suprimento e levá-lo até ela.

O ciclo de ração variava de um a três dias, de conformidade com a decisão do comando-em-chefe. Em casos especiais, poderia ultrapassar três dias.

No contrato ficou estabelecido que os gêneros fornecidos deveriam ser da melhor qualidade.

O fornecedor deveria manter na margem do Rio Paraná um rebanho de 10 mil cabeças de gado, bem como 800 mil rações secas.

O contrato impunha que o fornecedor mantivesse cinco vapores e o número necessário de navios a vela, assim como carros de boi, cinquenta carretas para muires e trezentas mulas mansas, tratadas a milho e farelo, para o transporte de carga. Para operar esses meios, o provedor deveria manter um efetivo de peões suficiente para realizar o trabalho, pois os militares estavam impedidos de ser empregados nesse tipo de atividade. Esses meios deveriam estar prontos para o transporte de gêneros, agasalhos para feridos e munição.

Na hipótese de alteração no dispositivo das tropas, em função da situação tática ou estratégica, o provedor tinha obrigação de rapidamente alterar o seu desdobramento para atender à situação.

O Marquês de Caxias não esqueceu o suprimento aos doentes e feridos. Estabeleceu tabelas especiais, de itens específicos. No caso do 1º Corpo de Exército, o fornecedor era obrigado a realizar o suprimento

dos hospitais e enfermarias ambulantes, sem solução de continuidade.

Um trago de cachaça deveria ser fornecido à tropa sempre que determinado pelo comandante-em-chefe (1/40 de medida, para praças).

CONCLUSÕES

Pela leitura de suas ordens do dia podemos claramente entender os motivos pelos quais o Marquês de Caxias permaneceu em Tuiuti, preparando-se para o prosseguimento das operações.

Além de enfrentar um terreno difícil, desconhecido e inóspito, via-se tolhido de realizar um reconhecimento apurado, não só pela falta de montadas, mas também pelas condições da tropa que encontrou. Primeiro procurou recuperar o seu exército. Procurou reorganizar e disciplinar uma tropa sem motivação e condições para o prosseguimento das operações.

Em março de 1868, Caxias escreveu para a sua irmã: "(...) cercado pelas dificuldades (...) tendo pela frente paraguaios, pela retaguarda traidores correntinos, capitaneados por Urquiza, e no centro a epidemia de cólera, que matou 3.400 homens (120 oficiais). Os melhores homens." Nessa carta faz também referência à falta de cavalos, "(...) porque Urquiza não deixava vir". Disse, ainda, das suas preocupações com uma possível falta de gado para alimentar a tropa.

O Marquês de Caxias demonstrou a sua grande preocupação com o estado

geral da tropa, tomando medidas de asseio e saneamento dos acampamentos; com o bem-estar de seus comandados, através de medidas administrativas; restabeleceu a hierarquia e a disciplina de seus oficiais e soldados, através de decisões justas e objetivas, chamando-os à responsabilidade; levou aos seus comandantes de divisão e brigada a importância da manutenção do adestramento militar de conformidade com os regulamentos em vigor, sem tirar-lhe a iniciativa; restabeleceu o bom relacionamento entre os generais aliados e, sobretudo, demonstrou aos subordinados ser de fato um grande líder militar.

Caxias foi organizando e adestrando a sua tropa até a chegada do 3º Corpo de Exército, quando então partiu para o prosseguimento das operações que nos levaram à vitória. "E vamos, meu amigo, ver se concluímos essa maldita guerra, que tem arruinado o nosso país e que já nos causa vergonha, pela sua duração," escreveu a Osório. Caxias tinha consciência de que não podia correr o risco de um novo fracasso, semelhante a Curupaiti, e a tropa que assumiu, em 18 de novembro de 1866, não estava em condições de obter um sucesso.

Aqueles detratores, os que deturpam a verdade histórica e procuram denegrir a imagem do Marquês de Caxias fazem-no por ignorância ou por má-fé. Caxias fez do quase nada um Exército que soube conduzir magistralmente à vitória.

Mais uma vez, o grande chefe militar cumpriu o seu dever de soldado.

